

Chefe da Divisão de Intervenções Regionais no IFDR entre Janeiro de 1991 e Junho de 2000, acompanhando a execução dos programas regionais e iniciativas comunitárias dos QCA I e II;

Chefe de projecto (1995 a 1997) e gestora (1997 a 2001) da iniciativa comunitária REGIS;

No IFDR desde Abril de 1987, deu ainda apoio nos trabalhos de preparação do Programa de Desenvolvimento Regional 1987-1990;

Até esta data, e desde Março de 1974, integrou o quadro do Departamento de Prospectivas e Planeamento, onde apoiou os trabalhos relativos aos programas de execução dos serviços da Administração Pública, desempenhando funções ligadas ao planeamento e programação do mapa VII do PIDDAC (actual mapa XV), assegurando o acompanhamento da inscrição orçamental em PIDDAC e procedendo ao acompanhamento da execução e cumprimento dos planos e elaborando os respectivos relatórios de execução.

#### **Nota curricular de Sérgio Miguel Farinha Gomes de Abreu**

Nome completo: Sérgio Miguel Farinha Gomes de Abreu.

Natural de Lisboa, 9 de Setembro de 1967.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1993.

Nomeado, por despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 30 de Junho de 2008, secretário técnico da Unidade de Gestão e de Sistemas de Informação e Informática do Observatório do QREN.

Inspector superior da Inspeção-Geral das Actividades em Saúde (IGAS), carreira na qual foi admitido, após concurso, em Novembro de 1996, tendo desenvolvido diversas actividades, nomeadamente a realização de várias auditorias e inspeções, com particular incidência nas questões jurídicas em áreas como a contratação pública, os recursos humanos ou o contencioso hospitalar, para além de inúmeros pareceres jurídicos sobre a mesma temática.

Nomeado, por despacho conjunto da Ministra da Saúde e do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública de 16 de Maio de 2000, para integrar uma equipa multidisciplinar com a missão de realizar uma auditoria de particular complexidade ao Hospital de Santo António dos Capuchos, em Lisboa.

Autor de estudos e comunicações apresentados em palestras e *workshops* realizados na IGAS, designadamente subordinados ao tema do «controlo das horas extraordinárias hospitalares». Presidente de júri de vários concursos internos de pessoal (mistos e de acesso limitado).

Possuidor de vasta formação profissional complementar, promovida pelo INA, salientando-se aquela subordinada aos temas da contratação pública, contrato individual de trabalho na Administração Pública, auditoria financeira, auditoria de recursos humanos e sistema de controlo interno na Administração Pública.

Advogado na comarca de Lisboa entre Outubro de 1993 e Novembro de 1996, dedicando-se, em especial, a matérias relacionadas com o direito administrativo (contratação pública, procedimento e contencioso administrativo), direito comunitário e direito penal.

#### **Nota Curricular de Ricardo Nuno Ferreira Paes Mamede**

Nome completo: Ricardo Nuno Ferreira Paes Mamede.

Local e ano de nascimento: Coimbra, 1974.

Habilitações académicas:

Doutorado em Economia pela Universidade Bocconi (Itália);

Mestre em Economia e Gestão de Ciência e Tecnologia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa; Licenciado em Economia pela mesma instituição.

Docente no Departamento de Economia do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa desde 1999, com a categoria de professor auxiliar desde Maio de 2006, leccionando nas áreas da Economia e Integração Europeia, da Economia Sectorial e da Inovação e das Políticas Económicas.

Autor de vários artigos publicados em revistas científicas e livros nacionais e internacionais, centrando-se os seus interesses de investigação nos domínios da mudança estrutural, da inovação e das políticas públicas.

Exerce presentemente as funções de coordenador do Núcleo de Estudos e Informação do Observatório do QREN, onde se encontra requisitado desde Agosto de 2008.

Entre Junho de 2007 e Julho de 2008 foi director de Serviços de Análise Económica e Previsão do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação.

203067205

## **Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento**

### **Despacho n.º 5628/2010**

A GREENCYBER, S. A., foi constituída em 2006, com o objectivo de produzir e comercializar um novo produto no mercado das energias renováveis em Portugal, o biodiesel.

A GREENCYBER apresentou, no âmbito do regime contratual, a candidatura ao Sistema de Incentivos à Inovação ao abrigo da Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de Abril, de um projecto que consiste na criação de uma unidade industrial, localizada em Setúbal, para a produção de biodiesel, com capacidade para 250 000 t/ano, que representará o maior empreendimento nesta área.

O investimento em causa excede os 92,4 milhões de euros, prevendo-se o alcance, no ano de 2017, ano do termo da vigência do contrato, de um valor de vendas e prestação de serviços de cerca de 1,2 milhões de toneladas de biodiesel e um valor acrescentado de cerca de 95,2 milhões de euros, montantes acumulados desde o ano de 2012.

O projecto da GREENCYBER enquadra-se no regime especial previsto no artigo 15.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de Abril, demonstrando relevante interesse para a economia nacional pelo seu efeito estruturante para o desenvolvimento, diversificação e internacionalização da economia portuguesa, e ou de sectores de actividade, regiões, áreas consideradas estratégicas, de acordo com os critérios definidos no n.º 5 do artigo 19 do referido Regulamento.

Dado o seu impacto macroeconómico, considera-se, assim, que o projecto é de grande relevância para a economia nacional e reúne as condições necessárias à concessão de incentivos financeiros previstos para os grandes projectos de investimento, o que justificou a sua aprovação, naquele sistema de incentivos, através do despacho de homologação do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento de 11 de Março de 2010.

Assim, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de Setembro, determino:

1 — Aprovo a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar pelo Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a RBTDL, SGPS, S. A., a Hagen Energia e Ambiente, SGPS, S. A., a BIOFORMULA, SGPS, S. A., o Banco Efisa, S. A. e a GREENCYBER, S. A., que tem por objecto a criação de uma unidade industrial desta última sociedade, localizada em Setúbal.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

16 de Março de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.  
203064702

## **Autoridade de Segurança Alimentar e Económica**

### **Despacho n.º 5629/2010**

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 22.º n.º 2 da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com o artigo 2.º da Portaria 824/2007, de 31 de Julho, é nomeado Chefe da Equipa Multidisciplinar Propriedade e Práticas Comerciais da Direcção Regional do Centro, o Inspector Técnico Principal Manuel Freire Lopes.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2010

Lisboa, 18 de Março de 2010. — O Inspector-Geral, (*António Nunes*).

203064346

## **Direcção-Geral das Actividades Económicas**

### **Despacho n.º 5630/2010**

Pelo meu Despacho n.º 252/2010/DG, de 11 de Março de 2010, e de acordo com a fundamentação da proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para chefe de divisão, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 Agosto, e artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, foi nomeado, em comissão de serviço, por três anos, renováveis por períodos iguais de tempo, para o cargo de Chefe de Divisão de Investimento, Serviços e Novos Temas do Comércio Internacional, o licenciado Rui Pedro Conceição Reis